



TJDFT

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

Concurso Público
Nível Superior

Cargo 7: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: ARQUIVOLOGIA

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente a transcrição de seus dados pessoais no topo desta página e de seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 O espaço para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno tenha qualquer defeito ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, conforme o item 1, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 8 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 9 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 11 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 12 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 4/3/2008, após as 18h (fechão de Brasília) - Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet - www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007
- II 5 e 6/3/2008 - Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso: Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 2/4/2008 - Resultado final das provas objetivas e provisiono da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV 3 e 4/4/2008 - Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso: Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V 23/4/2008 - Resultado final da prova discursiva e convocação para a pericia médica: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital, nº 1 - TJDFT, de 18/12/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet - www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Agora olhavam as lojas, as toldas, a mesa do leilão. E conferenciavam pasmados. Tinham percebido que havia muitas pessoas no mundo. Ocupavam-se em descobrir uma enorme quantidade de objetos. Comunicaram baixinho um ao outro as surpresas que os enchiam. Impossível imaginar tantas maravilhas juntas. O menino mais novo teve uma dúvida e apresentou-a timidamente ao irmão. Seria que aquilo tinha sido feito por gente? O menino mais velho hesitou, espiou as lojas, as toldas iluminadas, as moças bem vestidas. Encolheu os ombros. Talvez aquilo tivesse sido feito por gente. Nova dificuldade chegou-lhe ao espírito, soprou-a no ouvido do irmão. Provavelmente aquelas coisas tinham nomes. O menino mais novo interrogou-o com os olhos. Sim, com certeza as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes. Puseram-se a discutir a questão intrincada. Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos. Livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas. Não tinham sido feitas por gente. E os indivíduos que mexiam nelas cometiam imprudência. Vistas de longe, eram bonitas. Admirados e medrosos, falavam baixo para não desencadear as forças estranhas que elas porventura encerrassem.

Graciliano Ramos. *Vidas secas*. São Paulo: Martins, 1972, p.125.

No texto apresentado acima, dois personagens do romance **Vidas Secas**, o menino mais velho e o menino mais novo, deixam a fazenda em que seu pai trabalhava como vaqueiro, para irem à festa de Natal em uma pequena cidade. Com base nessas informações e no fragmento do texto de Graciliano Ramos, julgue os itens subsequentes.

- 1 No texto acima, pela linguagem literária, o autor aborda uma questão universal — a construção do conhecimento do mundo pelo homem por meio da nomeação dos objetos —, a partir da narrativa de uma experiência particular dos personagens — a primeira visita de dois meninos a uma pequena cidade.
- 2 No trecho “Talvez aquilo tivesse sido feito por gente” (l.5-6), o verbo concorda com “gente”, sujeito da oração na voz passiva.
- 3 O emprego da linguagem figurada, como em “soprou-a no ouvido do irmão” (l.6), e a ausência do discurso direto confirmam o que está evidente no trecho “O menino mais novo interrogou-o com os olhos” (l.7), isto é, que em ambos os momentos a comunicação entre os dois personagens prescinde da linguagem verbal.
- 4 No trecho “as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes” (l.7-8), os objetos religiosos e as mercadorias estão reunidos sob a designação comum de “nomes”, o que está de acordo com a associação feita pelos meninos entre as coisas espirituais e as coisas “feitas por gente” (l.10).
- 5 Considerando-se a linguagem usada pelo escritor para narrar a experiência dos meninos na cidade, é correto afirmar que a questão abordada no texto pode ser considerada “intrincada” (l.9) não apenas para os personagens, mas também para o autor e o leitor.

1 Os seres humanos, nas culturas orais primárias, não afetadas por qualquer tipo de escrita, aprendem muito, possuem e praticam uma grande sabedoria, porém não “estudam”. Eles aprendem pela prática — caçando com caçadores experientes, por exemplo —, pelo tirocínio, que constitui um tipo de aprendizado; aprendem ouvindo, repetindo o que ouvem, dominando profundamente provérbios e modos de combiná-los e recombiná-los, assimilando outros materiais formulares, participando de um tipo de retrospectiva coletiva — não pelo estudo no sentido estrito.

7 Quando o estudo, no sentido estrito de análise seqüencial ampla, se torna possível com a interiorização da escrita, uma das primeiras coisas que os letrados freqüentemente estudam é a própria linguagem e seus usos. A fala é inseparável da nossa consciência e tem fascinado os seres humanos, além de trazer à tona reflexões importantes sobre ela própria, desde os mais antigos estágios da consciência, muito tempo antes do surgimento da escrita.

Walter Ong. *Oralidade e cultura escrita*. Papirus, 1998, p. 17 (com adaptações).

A partir da organização do texto acima, julgue os seguintes itens.

- 6 O desenvolvimento da argumentação do texto permite que se empregue tanto “afetadas” (l.1) quanto a correspondente flexão de masculino, **afetados**, sem que seja prejudicada a correção gramatical.
- 7 As regras de pontuação da língua portuguesa são respeitadas tanto substituindo-se os travessões, nas linhas 2 e 3, por parênteses, como substituindo-se o primeiro deles por vírgula e eliminando-se o segundo.
- 8 Na linha 5, o emprego de “pelo”, regendo “estudo”, indica que está subentendida, antes dessa contração, a forma verbal **aprendem**, como utilizado na linha 2.
- 9 Na linha 9, mesmo que o verbo que antecede a locução adverbial “à tona” não exigisse objeto regido pela preposição **a**, como exige esse emprego do verbo “trazer”, o sinal indicativo de crase seria obrigatório nesse contexto.

1 Os sistemas simbólicos e, particularmente, a língua exercem um papel fundamental na comunicação entre
os sujeitos e no estabelecimento dos significados compartilhados, que permitem interpretações dos objetos, eventos
e situações do mundo real. Na ausência de um sistema de signos compartilhado e articulado, como a língua humana,
4 somente o tipo de comunicação mais primitivo e limitado é possível.

O surgimento do pensamento verbal e da língua como sistema de signos é crucial no desenvolvimento da
espécie humana, momento mesmo em que o biológico transforma-se no histórico e em que emerge a centralidade
7 da mediação simbólica na constituição do psiquismo humano.

Martha Kohl de Oliveira. *História, consciência e educação. In: Viver Mente&Cérebro*. Edição Especial, 2005, p. 10 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das idéias no texto acima.

- 10 Na linha 1, a retirada do advérbio “particularmente” e das vírgulas que o demarcam preservaria a correção gramatical do texto, mas prejudicaria suas relações semânticas, pois permitiria a interpretação de que a língua não faz parte dos “sistemas simbólicos”.
- 11 Na linha 2, o pronome relativo “que” retoma o antecedente “os sujeitos”; por essa razão, a forma verbal “permitem” está no plural.
- 12 A flexão de singular em “é crucial” (l.5) admite a substituição pelo plural correspondente, **são cruciais**, sem prejuízo da coerência ou da correção do texto, porque o sujeito da oração é composto por dois núcleos, “pensamento verbal” e “língua”.

A economia mundial experimentou, nos últimos seis anos, um período de prosperidade rara. A guerra no Iraque e a conseqüente alta no preço do petróleo não tiveram força suficiente para deter a velocidade de crescimento das economias, em especial a dos países emergentes. Antes, fontes de dor de cabeça para seus cidadãos e para o mundo, gigantes como a China e a Índia abraçaram o que a economia capitalista globalizada tem de melhor, a capacidade de produzir riqueza, e incorporaram bilhões de pessoas ao mercado consumidor.

A globalização produziu ganhadores e perdedores, solidez e fragilidade. A maior de todas as fragilidades da globalização é justamente o que lhe dá sustentação, a simultaneidade de processos e a interligação instantânea dos mercados, via Internet. Essa situação propiciou o aumento da produção e o barateamento dos produtos, dando chance aos países de crescer rapidamente sem despertar o dragão inflacionário. O lado negativo da integração é que a queda de um grande parceiro pode arrastar todos os demais. Foi esse o perigo que o mundo correu e corre quando a economia que responde por 25% de toda a riqueza planetária, os Estados Unidos da América (EUA), escorregou feio em uma casca de banana que, paradoxalmente, estava à vista de todos havia muito tempo.

Veja, 30/1/2008, p. 64-7 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 13 Uma das inovações trazidas pela globalização é o caráter autônomo da economia, ou seja, instabilidades políticas ou confrontações bélicas deixaram de exercer influência sobre os mecanismos de produção, circulação e fixação de preços das mercadorias.
- 14 China e Índia, citadas como exemplos marcantes de países emergentes na atualidade, creditam parcela significativa de seu êxito ao fato de terem promovido reformas políticas que as levaram a adotar o modelo de democracia ocidental.
- 15 Ainda que China e Índia tenham ampliando consideravelmente a capacidade produtiva e incorporado bilhões de pessoas ao mercado consumidor, como assinalado no texto, não se pode afirmar que a globalização ocorra de maneira simétrica, reduzindo as desigualdades entre os países.
- 16 O fato de um país poderoso entrar em crise econômica e arrastar consigo os demais parceiros é risco real trazido pela globalização, situação desconhecida nas etapas anteriores da evolução histórica do capitalismo.
- 17 Infere-se do texto que, na atual realidade econômica mundial, mais do que em qualquer outra época, crescimento e inflação são faces da mesma moeda, em que uma não sobrevive sem a outra.
- 18 A “casca de banana” aludida no texto, referindo-se à atual crise norte-americana, relaciona-se à concessão irrestrita de crédito — sobretudo imobiliário — a consumidores que se mostraram sem condições de pagar como fator relevante para o desencadeamento de uma crise que afeta diversos setores da economia.
- 19 Uma das principais razões que explicam a formação dos atuais blocos econômicos, entre os quais se situam a União Européia e o Mercado Comum do Sul, é o fato de oferecerem aos seus integrantes condições mais favoráveis de inserção no competitivo mercado global.
- 20 Na atualidade, um dos clássicos sintomas de crise ou de instabilidade financeira é o comportamento volátil das bolsas de valores, que, em escala planetária, tende a expressar a insegurança dos investidores.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca do Regimento Interno do TJDF, cada um dos itens subseqüentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 21** Fábio foi nomeado, entre os desembargadores mais antigos, para integrar o Conselho Especial do TJDF. Nessa situação, nos afastamentos e impedimentos de Fábio, a sua substituição se dará pelos suplentes na ordem decrescente da votação obtida.
- 22** Durante o julgamento de um *habeas corpus*, pelo Conselho Especial, certo desembargador pediu vista dos autos, para melhor analisar a questão. Os demais desembargadores, sentindo-se habilitados, proferiram seus votos. Na segunda sessão subseqüente, o desembargador que havia pedido vista afastou-se, razão pela qual foram computados apenas os votos já proferidos, que resultaram no empate de 8 votos a favor e 8 contra. Nessa situação, haverá a necessidade de adiamento da sessão de julgamento, com sua continuidade na sessão mais próxima possível.
- 23** Partido político com representação na Câmara Legislativa do Distrito Federal ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar, pleiteando a suspensão da eficácia de determinado dispositivo de lei distrital, até o julgamento do mérito da questão. Nessa situação, se concedida a liminar, esta será dotada de eficácia *ex nunc*, salvo se o Conselho Especial entender de conceder-lhe eficácia retroativa.
- 24** O Distrito Federal (DF), devidamente intimado de decisão que deferiu liminar em mandado de segurança, contra ato do governador, requereu a suspensão da segurança, visando evitar grave lesão à economia pública. O presidente do TJDF, ao analisar a questão, entendeu estarem presentes os requisitos para a concessão de tal medida e deferiu a suspensão da segurança. Nessa situação, da decisão caberá agravo regimental.
- 25** Paulo é desembargador presidente do TJDF. Nessa situação, ao término de seu mandato, integralmente cumprido, Paulo poderá participar do escrutínio subseqüente e candidatar-se à reeleição para o mesmo cargo.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

- 26** Roberto e Paula ocupam, respectivamente, os cargos de vice-presidente e corregedora do TJDF. Nessa situação, se faltarem menos de 6 meses para o término dos mandatos e houver vacância do cargo de vice-presidente, este será substituído por Paula.
- 27** Rogério foi preso em flagrante pelo crime de tentativa de homicídio. Em virtude de supostas irregularidades no ato da prisão e outras nulidades, Rogério impetrou *habeas corpus*. Nessa situação, a competência para processar e julgar o *habeas corpus* é do tribunal do júri da circunscrição judiciária do DF em que ocorreu o fato.
- 28** Alberto, menor de 17 anos de idade, praticou ato infracional descrito pela legislação penal como crime de furto. Em virtude da reiteração no cometimento de outras infrações de mesma natureza, o juiz da Vara da Criança e do Adolescente determinou a internação por prazo indeterminado, não superior a 3 anos. Nessa situação, caso Alberto permaneça internado após completar 18 anos de idade, a competência para prosseguir a execução da referida medida passará a ser da Vara de Execuções Criminais.
- 29** Antônio desapareceu de seu domicílio, sem ter dado notícias e sem ter deixado procurador ou representante para administrar seus bens. Os familiares de Antônio, diante dessa situação, decidiram requerer judicialmente a declaração de ausência e a nomeação de um curador dos bens deixados por Antônio. Nessa situação, de acordo com a lei em apreço, a competência para processar e julgar o aludido feito é da vara de família.
- 30** Sérgio, empregado público do DF, no exercício de suas funções, sofreu acidente de trabalho que resultou na perda parcial dos movimentos de um de seus membros. Em razão desse fato, Sérgio ajuizou ação acidentária para obter a devida reparação. Nessa situação, a competência para processar e julgar o referido feito é de uma das varas de fazenda pública do DF.

Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- 31** A expressão República Federativa enuncia, respectivamente, uma forma de governo e uma forma de Estado.
- 32** A construção de uma sociedade livre, justa e solidária é um objetivo, ao passo que a dignidade da pessoa humana é um fundamento da República Federativa do Brasil.

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 33** Considere a seguinte situação hipotética.
Giovani, brasileiro nato, que é jogador de futebol, profissional, foi contratado por um clube italiano, pelo qual atua há mais de 4 anos. No entanto, a lei italiana que disciplina essa atividade passou a limitar a quantidade de jogadores estrangeiros em cada clube. Para continuar a residir na Itália e atuar como jogador profissional, Giovani adquiriu a nacionalidade italiana.
Nessa situação hipotética, com base na Constituição brasileira em vigor, o referido atleta não perderá sua nacionalidade brasileira.
- 34** São imprescritíveis, conforme a Constituição brasileira em vigor, os crimes hediondos, de racismo, de tortura, de tráfico ilícito de drogas.
- 35** O sindicato de trabalhadores tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo na defesa de seus filiados.
- 36** Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 não comportam qualquer grau de restrição, já que são considerados cláusulas pétreas.
- 37** Conforme a doutrina majoritária, o princípio *nemo tenetur se detegere*, de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, só tem aplicação em relação ao réu preso e não ao réu solto.

Fernanda, com 16 anos de idade, após participar das últimas eleições municipais, resolveu propor ação popular visando anular ato administrativo que entende ser violador da regra de precedência da ordem de classificação para a nomeação de candidatos aprovados em concurso público.

Acerca dessa situação hipotética e das normas que regem os concursos públicos, julgue os itens que se seguem.

- 38** Fernanda poderá ingressar com a ação popular mesmo não possuindo ainda 18 anos de idade.
- 39** O candidato aprovado em concurso público, em regra, não tem direito subjetivo a ser nomeado. Se, porém, for nomeado, tem direito subjetivo público a ser empossado.

Acerca da organização do Estado, julgue os próximos itens.

- 40** O DF tem competência concorrente com a União para legislar sobre matéria relacionada a procedimentos em matéria processual.
- 41** Compete à União legislar, de forma privativa, sobre a Defensoria Pública do Distrito Federal, podendo haver delegação desse poder ao DF, desde que feita por meio de lei ordinária.
- 42** O julgamento de crime político é de competência da justiça federal, com recurso ordinário para o respectivo tribunal regional federal.

Acerca da organização do Poder Judiciário, julgue os itens subseqüentes.

- 43** O ministro-corregedor do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser oriundo do Superior Tribunal de Justiça, tem competência para receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários.
- 44** O tribunal regional eleitoral é composto por sete juízes, dos quais dois devem ser escolhidos e nomeados, pelo respectivo tribunal de justiça, entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela respectiva seção da Ordem dos Advogados do Brasil.
- 45** O chamado quinto constitucional está presente nos tribunais regionais federais, nos tribunais de justiça, no Tribunal Superior do Trabalho e nos tribunais regionais do trabalho.

Acerca da Lei n.º 11.416/2006, que trata do Regime Jurídico das Carreiras de Servidores do Poder Judiciário da União, e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis Federais previsto na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal, julgue os itens seguintes.

- 46** Viola a Constituição a ascensão de um servidor que ocupe o cargo de técnico judiciário, para o qual se exige o nível médio de formação, ao cargo de analista, de nível superior, como forma de provimento derivado, mesmo se assim for previsto em lei.
- 47** Nos quadros de pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União, 80% dos cargos em comissão, no mínimo, devem ser ocupados por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- 48** O servidor público que for nomeado em cargo público efetivo e não tomar posse no prazo legal será exonerado do cargo.

Acerca da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens a seguir.

- 49** O não-comparecimento do administrado intimado para se defender importará na sua revelia e, conseqüentemente, no reconhecimento da verdade dos fatos não impugnados.
- 50** Se, para a prática de determinado ato, for obrigatória e vinculante a emissão de um parecer pelo órgão consultivo, a sua não-apresentação, dentro do prazo legal, não impedirá o seguimento do processo. Nessa hipótese, haverá apenas a responsabilização de quem se omitiu.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Hoje, a ciência que tem como objeto os arquivos é o resultado de um processo cumulativo de experiências e de estudos cujo desenvolvimento tem de ser examinado a partir de um caminho não muito longo.

Antonia Heredia Herrera. *Archivística general. In: Teoría y práctica*. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1991, p. 41 (trad. com adaptações).

Acerca dos conceitos fundamentais da Arquivologia, julgue os itens a seguir.

- 51 O conceito de arquivo sofreu transformações relacionadas ao uso de diversos suportes materiais da informação e ao surgimento, na América do Norte, dos princípios de gestão de documentos.
- 52 Os arquivos têm uma estrutura, uma articulação e uma relação artificial entre suas partes.
- 53 O único nível de informação encontrado em um arquivo é aquele contido, isoladamente, no documento arquivístico.
- 54 O conceito de informação arquivística apareceu recentemente na literatura da área e carece de aprofundamento teórico e de um diálogo mais intenso com outras disciplinas do conhecimento humano.
- 55 Dois pressupostos básicos determinam o caráter probatório e informativo dos documentos arquivísticos: o testemunho de ações e transações e o fato de a veracidade desses documentos depender das circunstâncias de sua criação e preservação.
- 56 Com a adoção do princípio da proveniência, a organização dos documentos feita a partir das funções do sujeito acumulador de arquivos foi superada pela organização temática.
- 57 O caráter orgânico dos documentos de arquivo é revelado pelas espécies documentais.
- 58 O princípio da ordem natural é subsidiário ou decorrente do princípio da cumulatividade.
- 59 A arquivologia pós-custodial tem como característica principal a integração das três fases arquivísticas.
- 60 Tradição documental é o atributo que se origina do objetivo de cada um dos exemplares dos documentos arquivísticos (original, cópia e minuta).
- 61 A classificação e a descrição são fundamentadas pelo princípio de respeito aos fundos.
- 62 O princípio da territorialidade no plano institucional determina que os arquivos sejam conservados o mais perto possível do lugar da sua criação, e a sua aplicação significa que eles devem ser guardados pela instituição que os criou.

Records management e pré-archivage consagraram-se como dois fenômenos marcantes da época do pós-guerra, valorizando aspectos fundamentais dos arquivos — até então pouco considerados pelo modelo historicista surgido com a Revolução Francesa.

Armando Malheiro Silva *et al. In: Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999, p. 135 (com adaptações).

Acerca do gerenciamento da informação e da gestão de documentos aplicada aos arquivos governamentais, julgue os itens que se seguem.

- 63 A informação arquivística acumulada pelas organizações cumpre ciclo em dois contextos: no ambiente organizacional de sua produção e nas instituições arquivísticas.
- 64 As etapas de produção, processamento técnico, uso privilegiado pelo administrador e armazenamento dos documentos de grande frequência de uso são típicas da fase intermediária.
- 65 As idades dos documentos de arquivo são medidas pela quantidade de uso ou pela progressiva perda de valor secundário dos documentos.
- 66 A preservação da memória institucional e o apoio à administração são os dois objetivos principais da gestão de documentos.
- 67 O aumento da eliminação dos documentos na fonte, a diminuição do volume documental nos setores de trabalho, a racionalização dos espaços nos setores de trabalho, a classificação dos documentos na origem, o controle da entrada e saída de documentos da organização e a tomada de decisão segura são vantagens da organização dos arquivos semi-ativos.
- 68 Alguns autores, além das três idades documentais, vêem uma idade a mais: a dos arquivos centrais, onde se juntariam, ainda em idade corrente, os documentos originados dos arquivos setoriais.
- 69 Os documentos transferidos aos arquivos intermediários são utilizados por seu valor secundário, principalmente por motivações jurídico-administrativas.
- 70 Mesmo que o futuro aponte para uma Arquivologia sem papel e os suportes documentais sejam eletrônicos, as três idades documentais não desaparecerão.

Acerca das tipologias documentais e dos suportes físicos, julgue os próximos itens.

- 71 A natureza e as particularidades dos diferentes suportes da informação exigem uma aplicação diferenciada de cada função arquivística.
- 72 Os gêneros documentais agrupam espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, como, por exemplo, os documentos audiovisuais.
- 73 A quantidade de tipos documentais está diretamente vinculada ao número de atividades desenvolvidas em uma organização pública ou privada.
- 74 Os tipos documentais podem ser agrupados em três grandes categorias: secundários, testemunhais e probatórios.

Acerca da teoria e prática de arranjo em arquivos permanentes, julgue os itens subseqüentes.

- 75** Os princípios da proveniência e da ordem original são os dois princípios básicos do arranjo nos arquivos.
- 76** O fator norteador da constituição do fundo de arquivo é o valor dos documentos: primário ou secundário.
- 77** Os documentos pertencentes a um mesmo fundo guardam relação orgânica entre si, constituindo uma unidade distinta, não podendo seus componentes ser separados, para constituir outros agrupamentos aleatoriamente.
- 78** Para produzir um fundo de arquivo o órgão não precisa ter um chefe com poder de decisão.
- 79** Os documentos de um órgão público extinto formam, até a data da extinção, um fundo fechado, com data inicial e final.
- 80** O órgão público que mudou de nome, mesmo que suas atribuições permaneçam sem alteração, produzirá um novo fundo de arquivo.
- 81** A organização do fundo de arquivo deve ser feita a partir da análise da proveniência, da história da entidade, das origens funcionais, do conteúdo e dos tipos de material.
- 82** Quando as divisões de um fundo correspondem às divisões funcionais do organismo produtor, essas divisões não devem ser tomadas como base para a classificação arquivística.
- 83** Para que os documentos venham a constituir um fundo, é preciso que a entidade acumuladora seja administrativa e juridicamente consolidada.
- 84** A teoria de fundos, como embasamento metodológico do arranjo e da ordenação dos conjuntos documentais nos arquivos permanentes, teve início nos Estados Unidos da América, com a aplicação do conceito de *archive groups*.

Aplicado aos materiais documentários, o termo descrição compreende todas as atividades exigidas para a preparação de instrumentos e meios de busca. Descrição, de acordo com o dicionário, é a enumeração das qualidades essenciais de um objeto.

T.R. Schellenberg. In: *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Rio de Janeiro: FGV, 1980, p. 199.

A partir do tema do fragmento acima, julgue os itens seguintes, relativos ao programa descritivo em arquivos.

- 85** A descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, em que seu equivalente é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação, que acabam por servir de referência para a recuperação da informação.
- 86** Os instrumentos de busca nos arquivos intermediários resumem-se aos catálogos e inventários.
- 87** As operações básicas da descrição, tradicionalmente, consistiam na identificação do arquivo, do fundo ou da parte dele a ser trabalhada.
- 88** São exemplos de instrumentos de pesquisa, de caráter genérico e globalizante, os inventários, os catálogos e os índices.

- 89** As listagens que acompanham os recolhimentos, os esquemas da evolução administrativa e os organogramas dos órgãos são considerados instrumentos de uso interno para orientação do trabalho do arquivista quanto à descrição dos documentos.
- 90** A elaboração do repertório justifica-se quando há intenção de ressaltar documentos individuais relevantes.
- 91** O fundamental no inventário é que se faça uma seleção de documentos.
- 92** Uma das vertentes de dados que deve ser abrangida pelo guia é a referente aos serviços prestados pelo arquivo.
- 93** A indexação pós-coordenada é aquela feita por termos que devem ser combinados no momento da busca para filtragem da informação desejada, em geral chamados descritores.
- 94** A área de condições de acesso e uso da Norma Brasileira de Descrição Arquivística é formada pelos seguintes campos: nome do produtor, história administrativa, existência e localização de cópias, nível de descrição.
- 95** No campo dimensão e suporte da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, os conjuntos documentais em suporte papel e do gênero textual devem ser dimensionados em centímetros ou em unidades cúbicas.
- 96** O campo características físicas e requisitos técnicos deve fornecer informações sobre a estrutura interna, ordem e(o) sistema de arranjo da unidade de descrição.

Julgue os itens seguintes quanto à legislação arquivística.

- 97** A gestão e o recolhimento dos documentos acumulados pelos três poderes competem ao Arquivo Nacional, órgão vinculado à Casa Civil da Presidência da República.
- 98** O prazo de duração da classificação ultra-secreto é de, no máximo, trinta anos.
- 99** Os servidores civis e militares, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade da administração pública federal, podem, também, atribuir o grau de sigilo secreto a um documento.
- 100** Os prazos de classificação poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, pela autoridade responsável pela classificação ou autoridade hierarquicamente superior competente para dispor sobre a matéria.
- 101** Os arquivos do Poder Judiciário federal não integram o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGRA).

Acerca da microfilmagem, da gestão de documentos eletrônicos e digitalização de documentos arquivísticos, julgue os itens a seguir.

- 102** A microfilmagem pode ser feita em qualquer grau de redução, desde que garantida a legibilidade e a qualidade de reprodução.
- 103** A imagem de abertura de cada série de documentos microfilmados deverá ter os seguintes elementos: grau de redução e equipamento utilizado.
- 104** As cópias em papel de documentos microfilmados, para produzirem efeitos legais em juízo ou fora dele, terão de ser autenticadas pela autoridade competente detentora do filme original.
- 105** Os microfilmes originais e os filmes-cópia resultantes da microfilmagem de documentos sujeitos à fiscalização, ou necessários à prestação de contas, deverão ser mantidos por, no mínimo, dois anos após o fato gerador.
- 106** O documento eletrônico tem como vantagem a densidade máxima da informação em um suporte muito pequeno, no qual a mensagem terá de passar por reconstrução legível por máquina para ser entendida.
- 107** O documento eletrônico é uma entidade material que necessita de um contexto administrativo para ser compreendido.
- 108** A informática separa a informação do suporte reconhecível, tornando difícil, dessa forma, a aplicação do princípio de respeito aos fundos e a organicidade na ordenação interna dos fundos.
- 109** A tecnologia da informação induz o arquivista a reinterpretar o princípio da proveniência, transformando-o em um paradigma metodológico que focaliza uma ordem intelectual em vez de uma ordem física.
- 110** Documentos eletrônicos são armazenados seqüencialmente e seu inter-relacionamento mantém-se por meio da informação sobre lugar da custódia, natureza, autor, idade, usos e forma.

Acerca da política, do planejamento e das técnicas de preservação, conservação e restauração de documentos arquivísticos, julgue os itens que se seguem.

- 111** O papel moderno tem uma forte tendência a se tornar ácido, devido à lignina presente na madeira, à cola de alume e às resinas utilizadas na impressão.
- 112** A luz do sol, diferentemente das lâmpadas fluorescentes sem filtros, é considerada fonte de raios ultravioleta, que danifica o papel.
- 113** O uso do papel de pH neutro é uma das medidas mais importantes para eliminar ou diminuir as causas da deterioração sofrida pelo documento.
- 114** A higienização de documentos em papel deve ser feita com um pano macio ou esponja levemente umedecida com água destilada ou deionizada.
- 115** A utilização de metilcelulose extra, devido às suas propriedades químico-físicas, é o método mais recomendável para retirar adesivos e suas manchas no papel.
- 116** Uma das melhores maneiras de impedir infestação dos acervos documentais é a manutenção dos documentos em umidade relativa acima de 60%.
- 117** Um meio simples, seguro e eficiente de destruir a infestação por insetos é submeter o material a congelamento.
- 118** Os mapas devem ser mantidos em caixas verticais, acondicionados em sacos de plástico e dobrados até, no máximo, duas vezes.
- 119** O acondicionamento é uma das etapas do planejamento de conservação preventiva de documentos.
- 120** O depósito de arquivo deve privilegiar o uso de luz natural, que auxilia na conservação dos documentos em suporte papel.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Diversos dispositivos da Lei de Imprensa (Lei n.º 5.250/1967) foram suspensos, em caráter liminar, pelo relator da ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada, no Supremo Tribunal Federal, pelo PDT. Na ação, o advogado e deputado Miro Teixeira pedia a revogação da lei, em sua totalidade, por ter sido “imposta à sociedade pela ditadura militar” e conter “dispositivos totalmente incompatíveis com o estado democrático de direito estabelecido pela atual Carta”. O ministro Ayres Britto deferiu parcialmente a liminar, para determinar que juízes e tribunais suspendam o andamento de processos e os efeitos de decisões judiciais ou de qualquer outra medida que versem sobre determinados artigos e incisos da Lei de Imprensa. Os mais importantes são os que se referem às penas nos crimes de calúnia, injúria e difamação, que são maiores, na lei de 1967, do que no Código Penal.

Jornal do Brasil, 22/2/2008, p. A6 (com adaptações).

Constituição Federal de 1988

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1.º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5.º, IV, V, X, XIII e XIV.

Art. 5.º (...)

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Considerando que os textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do tema a seguir.

LIBERDADE E RESPONSABILIDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Em seu texto, aborde, sintética e necessariamente, os seguintes tópicos:

- ▶ Carta de 1988 como marco jurídico-político da redemocratização brasileira;
- ▶ papel do Poder Judiciário em face das demandas da sociedade e dos demais poderes;
- ▶ liberdade como fundamento da democracia.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	